



CORPOS TRANS, IDENTIDADE E PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A NATURALIDADE DA IDENTIDADE MIMÉTICA DE SEXO-GÊNERO

Leilane Serratine Grubba¹

Resumo:

O artigo tem como objeto a identidade de gênero, com ênfase na noção de descentramento das identidades fixas. Problematiza-se discursivamente a estabilidade binária da identidade de gênero fundada no sexo biológico, levando-se em consideração as análises foucaultianas sobre sexo e sexualidade, a discussão dos Estudos Culturais sobre identidade, assim como as análises performativas de Butler. Questionando-se o sustento biológico e cultural mimético da binariedade da identidade de gênero, se oferece como hipótese a localização discursiva das concepções do sexo-gênero. Logo, aparece a possibilidade da identidade de gênero trans, não em uma concepção patológica, mas performativamente. Utiliza-se o método dedutivo.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Identidade; Corpos Trans; Gênero

TRANS BODIES, IDENTITY TO GENDER PERFORMANCE: A DISCOURSIIVE ANALYSIS ON THE BIOLOGICAL SEX-GENDER MIMETIC IDENTITY

Abstract:

The article focuses on gender identity, highlighting the modern idea of off-centered fixed identities. We intend to analyze the stability of gender identity based on biological sex, considering Foucault's studies of sex and sexuality, the discussion of Cultural Studies on identity, as well as Butler's performative critic. Questioning the biological and cultural mimetic support of the binarity of gender identity, the discursive location of conceptions of sex and gender is offered as a hypothesis. Therefore, the possibility of trans gender identity appears, not pathologically but as performative conception. The deductive method is used.

Keywords: Interdisciplinarity; Identity; Trans Bodies; Gender

1 INTRODUÇÃO

A identidade e a diferença podem ser compreendidas como efeitos linguísticos complementares produzidos social e culturalmente. Se considerarmos que elas podem ser compreendidas no âmbito dos sistemas de significação nos quais adquirem significados – por

¹ A autora é Doutora em Direito (UFSC), com estágio de pós-doutoramento concluído (FSC). É Mestre em Direito (UFSC) e Mestranda Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFFS). Professora Permanente do Mestrado em Direito da Faculdade IMED – Escola de Direito – e Professora Colaboradora do Mestrado em Psicologia da Faculdade IMED – Escola de Psicologia. Pesquisadora da Fundação IMED. Coordena os Grupos de Pesquisa CINELAW (CNPq) e Biopolítica, Gênero e Direito (CNPq). E-mail: leilane.grubba@imed.edu.br



exemplo, o sistema discursivo –, parece possível sugerir que a problemática da identidade² e da diferença envolve uma disputa linguística e, ainda, social e cultural por privilegiados espaços materiais e imateriais na sociedade e na cultura, inclusive no Direito e na Política.

O resultado prático dos discursos sociais de identidade e diferença parecem possibilitar a existência das identidades nacionais, linguísticas, bem como de gênero. Inclusive, se as identidades são fabricadas pela marcação da diferença, sugere Woodward, então essa “marcação [...] ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não parece ser o oposto da diferença: a identidade depende da diferença.” (2000, p. 40). Na lógica da identidade de gênero, na qual pela marcação da diferença o gênero masculino assume primazia sobre o feminino, há que se atentar para a exclusão social de outras formas de vida não identificadas dentro da lógica mimética e biológica na qual se funda a identidade de gênero homem-mulher como supostamente um constructo social, como é o caso dos corpos trans e intersex.

Tendo por objeto a ideia da identidade de gênero, busco, com este artigo, problematizar discursivamente a estabilidade da mencionada concepção, levando em consideração as análises foucaultianas sobre dispositivos de controle do sexo e da sexualidade, as observações dos Estudos Culturais sobre o descentramento do sujeito moderno, que colocam em cheque a ideia de identidade fixa, assim como as considerações performativas de Judith Butler. Nesse sentido, questiono: a identidade de gênero binária pode ser considerada um dado biologicamente ou culturalmente sustentado? Enquanto hipótese de pesquisa, sugiro que a estrutura binária da concepção sociocultural de gênero, fundada mimeticamente na ideia do sexo biológico binário, é decorrente de uma estrutura discursiva.

Logo, parece que questionando a “verdade” enunciada pelo discurso sobre a binariedade do sexo homem-mulher como natural e biológica, automaticamente se abala a sustentação do discurso sobre gênero cultural e binário fundado necessariamente no sexo biológico. Assim parece possível colocar ambos, sexo e gênero, como figuras discursivas, extraíndo os essencialismos das suas constituições. Ainda, pode resultar na normalidade performativa dos corpos trans, excluídos da lógica tradicional biológica-cultural das identidades de gênero.

² Segundo Zuben (2018, p. 39-40), Ricoeur distinguiu dois usos da palavra identidade, sendo o primeiro referente à mesmidade (idêntico) e o segundo referente à “si” (ipse); para ele, a mediação linguística entre ambos os usos é o “[...] discurso narrativo, na medida em que ele possibilita a coesão de uma vida, compatibilizando signos de mudança com signos de permanência no tempo”.



Por meio do método dedutivo, a hipótese apresentada será testada no decorrer da pesquisa. Metodologicamente, a segunda seção será dedicada à investigação dos discursos de poder sobre o sexo, levantando-se a problemática das identidades e o controle da sexualidade, a partir das análises foucaultianas. Sequencialmente, a terceira seção será dedicada a introduzir o tema *trans* no âmbito da ideia de identidade de gênero, por meio da conceituação da transexualidade e do paradoxo da “patologização-identidade” de gênero, com ênfase na crítica de Butler a respeito da tríade sexo-gênero-sexualidade. Nessa seção, se enfrentará o problema e a hipótese de pesquisa propostos para este artigo.

2 O PROBLEMA DA SEXUALIDADE E OS DISCURSOS DE PODER

No estudo da constituição do sujeito moderno, Michel Foucault analisou os processos de objetivação e subjetivação que constituem o indivíduo enquanto processos disciplinares que atribuem a ele uma identidade como sua, tornando-o sujeito. O sujeito, nessa concepção, não é o produtor das relações de poder, mas o seu resultado. Os processos disciplinares fazem parte, para Foucault, da sociedade na qual vivemos, marcada por processos de exclusão e de interdição. Segundo ele, “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala.” (2014, p. 9). Para o autor, os maiores interditos encontram-se nas regiões da política e da sexualidade. Os processos de exclusão e de interdição são investigados por Foucault no âmbito de sua análise de discursos. O autor busca analisar não as representações que possam haver por trás dos discursos, mas os discursos enquanto “séries reguladas e distintas de acontecimentos” (2014, p. 56). Foucault propôs-se a analisar um importante sistema de interdição do século XVI ao XIX, sendo o sistema da sexualidade, que não envolve um discurso unitário e regular, mas conjuntos de discursos literários, religiosos, biológicos, médicos e jurídicos “onde se trata da sexualidade, onde esta se acha nomeada, descrita, metaforizada, explicada, julgada” (2014, p. 63).

Em sua obra *A história da sexualidade I*, Michel Foucault sugere a existência de um discurso segundo o qual a sociedade vive, desde o século XVIII, uma fase de repressão sexual. O sexo, significando o ato sexual, restringe-se à função reprodutora, e o casal heterossexual é visto como modelo: “O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõem-se



como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (1999, p. 8). Para Foucault, essa fase é caracterizada pela *hipótese repressiva*. Foucault (1999, p. 11-12) afirma que se o sexo é reprimido, falar dele se torna uma transgressão. Assim, a *hipótese repressiva* é acompanhada do discurso destinado a falar sobre o sexo, para o qual existe uma vinculação entre revelação da verdade (sobre o sexo) e promessa de felicidade.

Foucault, contudo, questiona se a repressão sexual e, conseqüentemente, a *hipótese repressiva*, é uma evidência histórica. O principal para o autor é analisar o regime de poder³-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade (o sexo) humana (FOUCAULT, 1999, p. 14). Trata-se, segundo Foucault (1999, p. 15), de “levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o fato discursivo global”, que é a colocação do sexo em discurso e, conseqüentemente, a análise de como ele influi nas condutas individuais. Nesse sentido, Foucault (1999, p. 16) não sugere que o sexo não tenha sido proibido, mas que é uma ilusão fazer dessa interdição o elemento fundamental da história do sexo (ou da sexualidade) na Idade Moderna. Deve-se cogitar que os elementos negativos vinculados ao sexo, como a proibição, apresentam uma função técnica de poder-saber; que a partir do século XVIII, houve uma proliferação de discursos sobre o sexo. Assim, ao contrário de ter sido restringido, o sexo foi submetido a um mecanismo de incitação, que não visava proibir a prática sexual, mas controlar e administrar as pessoas de maneira geral.

Dessa maneira, o sexo e a sexualidade são regulados não pela proibição, mas pelos discursos úteis que aumentam o poder do Estado. Por exemplo, a análise das questões de taxa de natalidade, nascimentos legítimos e ilegítimos, etc., que fortalecem as teses populacionistas da época mercantilista, por meio da economia política da população. É nessa época que surgem igualmente os discursos demográficos, morais, biológicos, criminais, médicos e psiquiátricos sobre a sexualidade, que invocam as “fraudes contra a procriação”, a “etiologia das doenças mentais”, assim como o “conjunto das perversões sexuais”:

³ Para Foucault (1999, p. 88-89), se deve compreender o poder “primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos, incessantes, se transforma reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”. Mais ainda, “[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (1999, p. 89).



Através de tais discursos multiplicaram-se as condenações judiciais das perversões menores, anexou-se a irregularidade sexual à doença mental; da infância à velhice foi definida uma norma do desenvolvimento sexual e cuidadosamente caracterizados por todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias, os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação: isso não equivaleria a buscar meios de reabsorver em proveito de uma sexualidade centrada na genialidade tantos prazeres sem fruto? Toda esta atenção loquaz com que nos alvorçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sexuais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora? (FOUCAULT, 1999, p. 36-37).

Se proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora foi ou não o objetivo, o que importa é considerar que três foram os grandes códigos que regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, os quais fixavam a demarcação, segundo Foucault, entre a licitude e ilicitude, a partir das relações matrimoniais. Ainda, em nome da urgência biológica e histórica, justificou racismos. Foi assim que se possibilitou a condenação tanto da homossexualidade, da transexualidade, da intersexualidade, quanto da infidelidade. Somente a partir do século XIX que a severidade dos códigos se atenuou no que tange aos delitos sexuais. Um dos exemplos foi com relação à homossexualidade. Com o artigo de Westphal (1870) sobre as “sensações sexuais contrárias”, a homossexualidade⁴ passa da prática da sodomia para uma androgenia anterior, diz Foucault (1999, p. 42-43). Assim, o autor afirma a proliferação das sexualidades por extensão do poder, garantido por lucros econômicos que, “por intermédio da medicina, da psiquiatria, da prostituição e da pornografia, vincularam-se ao mesmo tempo a essa concentração analítica do prazer e a essa majoração do poder que o controla” (FOUCAULT, 1999, p. 48).

Em sua análise dos dispositivos pensados por Foucault, Santos (2011, p. 119) sugere que a ideia da transexualidade, enquanto dispositivo, “reflete um conjunto de saberes que, através de relações e práticas de poder, estabeleceram sobre os corpos, o sexo e a sexualidade toda uma organização conceitual e prática que permitiu e legitimou a transexualidade como

⁴ Segundo Foucault (1999, p. 95-96), “[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e hermafroditismo psíquico permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso de reação: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua naturalidade e, muitas vezes, dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas”.



um fenômeno por excelência do âmbito médico, principalmente psiquiátrico”. Segundo a autora, a genealogia do mencionado processo encontra apoio nos estudos de Foucault sobre o dispositivo da sexualidade a partir dos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, se por um lado, é perceptível uma explosão de sexualidades periféricas, por outro, essa ampliação do espaço de prazer encontra uma também ampliação do espaço de poder que o possibilita.

Para Foucault (1999, p. 67-69), se a história da sexualidade pode ser recontada por uma análise histórica dos discursos, parece imprescindível reconhecer como hipótese geral que, ao contrário da hipótese repressiva, a sociedade não se desenvolveu repressivamente com relação ao conhecimento do sexo, mas instaurou um “aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele”, regulando-o. Assim, a sexualidade não se inscreve somente em uma economia do prazer, mas igualmente em uma economia do poder-saber. A lógica do sexo, da sexualidade (sexo-história, sexo-significação, sexo-discurso), desenvolve-se em relações binárias (corpo-alma, instinto-razão, pulsão-consciência, lícito-ilícito, permitido-proibido). Nesse sentido, o domínio do poder sobre o sexo seria efetuado por meio da linguagem, “ou melhor, por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra. A forma pura do poder se encontraria na função do legislador; e seu modo de ação com respeito ao sexo seria jurídico-discursivo” (1999, p. 80).

3 CORPOS *TRANS*: DA PATOLOGIZAÇÃO IDENTITÁRIA À PERFORMATIVIDADE

Essa seção é dedicada à noção de identidade de gênero, especialmente ao questionamento da fixa identidade binária de gênero homem-mulher. Segundo Hall (2002, p. 9), parece ter surgido na modernidade a fragmentação de identidades, como de gênero e de sexualidade, constituindo novos sujeitos descentrados no lugar da antiga concepção de sujeitos com identidades fixas. O autor sugere que as modificações decorrentes da fragmentação das identidades implicam em um abalo sobre o sentido de si enquanto um sujeito integrado. Assim, se o sujeito do iluminismo se fundava na noção do indivíduo unificado e centrado com identidade permanente ao longo de sua existência e desde o nascimento, essa concepção foi suplantada pela noção interativa da identidade, segundo a qual o indivíduo é constituído permanentemente pela interação que realiza com a exterioridade à mente, ou seja, com o mundo (HALL, 2002, p. 10-12). Mais do que isso:



Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2002, p. 12).

Desse processo, argumenta Hall (2002, p. 12-13) o surgimento da noção de sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa e imutável, mas identidades que vão se definindo historicamente, não biologicamente, conforme a relação entre o sujeito e os sistemas culturais. Assim, “se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu” (2002, p. 13). Logo, a identidade unificada, complementa o autor, seria uma fantasia. Daí porque Hall (2002, p. 39) considera que, ao invés de se falar em identidade, talvez se deveria falar dos processos de identificação dos indivíduos.

Em sentido parecido, a autora que será analisada sequencialmente, Judith Butler, entende o sujeito em uma formação linguística. A noção de identidade descentrada de Hall e a de Butler, que será tratada em seguida, parecem extremamente importantes para analisar a problemática identitária envolvendo corpos trans e, mais ainda, contrapô-la à noção unificada binária e mimética da identidade de gênero como decorrência necessária da naturalidade do sexo biológico homem-mulher, concepção essa que será problematizada nesta seção. Questionando se a “identidade de gênero” binária pode ser considerada um dado biologicamente ou culturalmente sustentado, ofereci a seguinte hipótese de pesquisa: a estrutura binária da concepção sociocultural de gênero, fundada mimeticamente na ideia do sexo biológico binário, parece ser decorrente de uma estrutura discursiva. Logo, parece que, como resultado do questionamento da “verdade” do discurso sobre a binariedade do sexo como natural e biológico, se abala a sustentação do discurso sobre gênero binário fundado necessariamente no sexo biológico. Assim, parece possível colocar ambos, sexo e gênero, como figuras discursivas. Diante disso, passo à análise da hipótese.

Levando-se em consideração a ideia de descentramento do sujeito, parece possível caracterizar “transexual” como a pessoa que não integra as representações que faz sobre si com o próprio corpo, apresentando uma fluidez na caracterização da sua suposta identidade de



gênero, que não necessariamente coincide com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. Contudo, conforme a visão mimética binária, transexual é a pessoa cuja identidade de gênero não decorre (ou está em desacordo com a ordem natural) da identidade sexual.

Segundo o *National Center for Transgender Equality*⁵, o termo transgênero (ou transexual) é utilizado para descrever uma pessoa cuja identidade de gênero, aqui entendida na binariedade mulher-homem, é diferente do gênero ou sexo que se pensa ter ela nascido. Ainda, algumas pessoas trans podem não se identificar totalmente como homem ou mulher, apresentando como identidade de gênero uma combinação homem-mulher. São as pessoas denominadas não-binárias (*bigender* ou *agender*) ou de gênero queer.

Conforme artigo republicado pela Organização Mundial da Saúde em seu sítio eletrônico, *transgênero* é um termo guarda-chuva usado para descrever variadas identidades de gênero que são diferentes daquelas impostas ao nascimento. “Muitas culturas e países – incluindo a Austrália, Bangladesh, Alemanha, Índia, Irlanda, Nepal e Paquistão, reconhecem um terceiro gênero tanto na lei quanto nas tradições culturais” (THOMAS *et al.*, 2017, p. 154). As pessoas trans, segundo os autores do artigo, possuem necessidades de saúde como as demais; contudo, apresentam também outras necessidades específicas de saúde, como a terapia hormonal e a cirurgia. Pessoas trans também estão expostas a maiores riscos de contrair doenças, incluindo as mentais, sexuais e reprodutivas. Ainda, estão expostas a maior índice de violência, vitimização, estigma e discriminação.

A transexualidade, conforme se percebe no parágrafo anterior e também como é apontado por Bento (2008, p. 46), ainda é tratada dentro dos padrões da heteronormatividade e da binariedade. Quando uma pessoa apresenta o deslocamento entre “corpo” (sexo) e “gênero”, se entende que existe um rompimento do padrão da normalidade porque se costuma supor o gênero como expressão complementar ao sexo. Nesse sentido, o sexo é visto como pré-linguístico, natural e biológico, fora dos limites discursivos; e o gênero, como decorrência mimética e necessária do sexo biológico, apesar de discursivamente situado em uma dimensão histórica e social. Essa concepção pré-discursiva do sexo será problematizada no decorrer deste artigo.

Assumindo o princípio dispositivo de Foucault, a transexualidade, enquanto categoria, começa a ser edificada por meio de práticas discursivas principalmente a partir de

⁵ As informações contidas no parágrafo podem ser encontradas no sítio eletrônico oficial do *National Center for Transgender Equality*, no seguinte endereço: <https://transequality.org/issues/resources/understanding-transgender-people-the-basics>. Acesso em 28 de maio de 2018.



1910, embasadas na Sexologia, Psicanálise, Nosologia, Etiologia, Medicina, Sociologia e Antropologia, dentro de uma lógica de proliferação das sexualidades por extensão do poder, para a garantia de lucros econômicos. Dessa forma, na história da sexualidade, a “construção do dispositivo da transexualidade deve ser compreendido em um contexto de medicalização do corpo individual e social durante os séculos XVIII e XIX” (SANTOS, 2011, p. 119). Por que a transexualidade foi entendida como doença ou distúrbio de gênero? “É no âmbito da medicina, principalmente da Psiquiatria e no esteio da construção das perversões, que a gênese da transexualidade enquanto patologia inscreve-se historicamente” (2011 p. 119). Para a autora, esse processo de apropriação médica foi central para a compreensão dos comportamentos designados como perversos. A saída da transexualidade do campo das perversões somente ocorreu na passagem do século XIX ao XX, quando se iniciou a construção de outras categorias medicalizáveis.

Em sua tese de doutorado, Saadeh (2004, p. 24), aponta o estudo realizado por Magnus Hirschfeld, publicado no livro *Die Travestiten* (sem tradução para o português), em 1910, sendo a primeira vez que o termo travesti aparece na literatura para designar as pessoas que se vestem de acordo com o que se espera do sexo oposto. O autor também foi pioneiro no uso do termo transexual. Outro importante marco de estudo foi o livro *Psycopatia Transexualis*, de David O. Cauldwell, que “utilizou o termo “Psicopatía transexual”, mais tarde referido como “transexualismo”, para descrever o mais extremo exemplo de desconforto de gênero de uma garota que queria ser homem” (SAADEH, 2004, p. 29).

Castel (2001, p. 80) sugere que os mencionados livros são representativos da origem da sexologia, que vieram buscar a despenalização da homossexualidade. No livro de Hirschfeld, o autor não buscou separar o transexualismo do conjunto de perversões, mas separar a transexualidade da homossexualidade, constituindo uma separação entre gênero e sexualidade (desejo sexual). São representativos como pensadores desse período histórico, ainda, Krafft-Ebing, Auguste Sorel, e Havelock Ellis. À época, a transexualidade foi fortemente considerada como uma perversão, mas entendia-se que os doentes deveriam ser ouvidos (2001, p. 81).

Ainda, a Psicanálise, tendo Freud como expoente, apresentou ideias divergentes para com relação aos sexólogos e ao behaviorismo. Segundo Hall (2016, p. 39), a descoberta do inconsciente por Freud, conduziu à noção descentrada da identidade, formada por processos inconscientes. O descentramento do sujeito, decorrente do psiquismo inconsciente, colocou



em xeque a longa tradição cartesiana fundada no *cogito*. “Portanto, a existência do sujeito e a produção da verdade se realizariam para a psicanálise fora do registro do pensamento, inscrevendo-se nos registros do desejo e do inconsciente” (BIRMAN, 2003, p. 56). A desconstrução do “*cogito* cartesiano se realizou em três direções diferentes – da consciência ao inconsciente, do eu para outro e da representação à pulsão –, solapando os pressupostos da filosofia do sujeito” (BIRMAN, 2003, p. 74). Tendo-se argumentado que a realidade inconsciente é sexual, entendeu-se que não há inscrição da diferença sexual na realidade do inconsciente. Sugere Birman (2003, p. 68) que, em Freud, as condições masculina e feminina são constituídas por identificações sexuadas.

No campo médico-endocrinológico, para Castel (2001, p. 84), nos Estados Unidos dos anos 1920 a 1930, a descoberta e utilização dos hormônios fez com que a “[...] anormalidade das condutas e dos sentimentos [se tornasse] uma questão de dosagem sanguínea. Retificar essas dosagens é econômico, causalmente eficaz, e deixa fora do campo consciência moral e privada”. Mais do que isso, o autor sugere que, à época, a evidência conforme “a qual os comportamentos sexuais ou sociais (sobretudo a violência) dependem dos hormônios não espera senão uma teoria que reduza identidade pessoal à soma das interações comportamentais para acabar numa construção exclusiva da noção de conflito indispensável à psicanálise”. Também nos Estados Unidos, em 1953, Harry Benjamin publica seus estudos sobre trans(s)sexuais masculinos no livro *Transsexual Phenomenon* (1966), no qual ele identifica e analisa o fenômeno do “travestismo”, “transexualismo”, “homossexualismo”, assim como da possível cirurgia para a “troca de sexo”, fundado na Endocrinologia. Para Benjamin (1966 p. 11), o transsexual (e ele adota o termo com dois “ss”) homem é profundamente infeliz enquanto membro do sexo (gênero) que possui anatomicamente a estrutura do seu corpo, principalmente os órgãos genitais.

Conforme Benjamin, as pessoas trans(s)sexuais também podem apresentar infelicidade na utilização da vestimenta própria do seu sexo, motivo pelo qual podem se travestir. Mas enquanto a mera utilização da vestimenta satisfaria o travesti (que aceita e se identifica com o seu sexo morfológico), o trans(s)exual percebe a vestimenta apenas como temporária, pois se identifica em pertencimento com o sexo oposto e gostaria de participar do sexo oposto não apenas na aparência (vestimenta). “Para eles, seus órgãos sexuais, primários (testículos) assim como os secundários (pênis e outros) são deformidades que podem ser modificadas por meio da cirurgia” (1966, p. 11). Em seu estudo da transexualidade, Benjamin



(1966, p. 18) diferencia sexo, gênero (social) e desejo sexual, não havendo uma vinculação necessárias entre os três.

O transexualismo enquanto categoria diagnóstica – entendido aqui como síndrome complexa – foi caracterizado também como o sentimento de não pertencimento ao sexo anatômico, explica Castel (2001). Individualizada pelo médico Harry Benjamin (1885-1986), em sua obra *Transsexual Phenomenon* e admitida em nosografias psiquiátricas, a “síndrome” passou a integrar o DSM-IV, manual da Associação Americana de Psiquiatria (APA), como distúrbio de gênero.

Castel (2001, p. 78) também levanta a continuação ao trabalho de Benjamin, efetuada por Berenice Hausman em sua obra *Changing Sex: transsexualism, technology and the idea of gender*. Segundo ele, a autora buscou demonstrar que “[...] a reivindicação transexual desenvolveu-se numa dialética sutil entre a oferta tecnológica (a dos endocrinologistas e cirurgiões movidos pela compaixão, mas também preocupados em testar hipóteses sobre a natureza humana e suas determinações biológicas)” (2001, p. 78), junto a uma demanda de cuidados estruturada “[...] por um discurso padronizado, oferecendo aos médicos a imagem exata do que eles esperavam de seus doentes, e repetindo estereótipos transmitidos numa subcultura transexual, validando e estabilizando esta situação como digna do interesse dos médicos” (2001, p. 78).

Nessa época histórica, as principais correntes antropológicas e sociológicas, sugere Castel (2001, p. 85), apontam para a distinção entre sexo (fator biológico) e gênero (fator psicossocial), impondo uma despatologização da transexualidade. A ideia defendida é que não se pode ver no “[...] comportamento de transexuais condutas anômalas, ou seja, anti-sociais, e patológicas nesse sentido”. Logo, a descrição das condutas transexuais, o “[...] “papel” e de construção identitária, confirma a intuição do início: como os hermafroditas educados num sexo social que não é o seu cromossômico, eles podem aliviar seu mal-estar com a ajuda do cirurgião e do endocrinólogo”. Por isso, a difusão da história de Georges Jorgensen (Christine)⁶, em 1953, fez crescer a reflexão sociológica sobre a relatividade do gênero e sobre as identidades sexuais.

⁶ Saadeh (2004, p. 30-31) explica a transição de Christine. Afirma que o Ato Dinamarquês de Esterilização e Castração de 1935, que permitia a castração quando a sexualidade do paciente o induzia a cometer crimes ou quando envolvia distúrbios mentais graves, possibilitou Christine utilizar hormônios, assim como realizar duas cirurgias, sendo uma para a retirada dos testículos e a outra para a retirada do pênis, em 1952. Na época, contudo, não se pensou na construção de uma vagina. “Desde sua primeira cirurgia e concomitante uso de



Na esteira do pensamento foucaultiano, Santos (2011, p. 120-122) afirma que a construção do dispositivo da sexualidade pela modernidade foi essencial para a capturação dos corpos e sexualidades nas teorias do poder-saber para o controle das subjetividades, bem como para a patologização da transexualidade. Por um lado, a transexualidade (ismo) é afastada dos distúrbios delirantes, como a psicopatia. Por outro, aproxima-se da noção de disforia⁷ de gênero (termo da década de 1970). Conhecida como Transtorno de Identidade de Gênero (Transtorno de Personalidade e Comportamento), conforme a denominação do DSM-IV, com definidas características para diagnóstico, a transexualidade é vista como a problemática da identificação com o gênero não-biológico (próprio corpo).

Conforme o DSM-IV, de 1994, o diagnóstico do Transtorno da Identidade de Gênero leva em consideração a forte e persistente evidência de identificação com o gênero oposto, que não constitua apenas um desejo de usufruir vantagens culturais percebidas no outro sexo. Ainda, que exista no indivíduo evidências de desconforto persistente com o próprio sexo anatômico ou inadequação do papel do gênero atribuído a esse sexo anatômico (APA, 1994). Sequencialmente, no DSM-V (APA, 2013), por sua vez, encerra-se a nomenclatura Transtorno de Identidade de Gênero e aparece a classificação *Gender Dysphoria* (GD), em português Disforia de Gênero. A ideia, ao alternar o conceito de Transtorno de Identidade de Gênero para Disforia de Gênero, centrou-se na desclassificação da patologia da transexualidade. Assim, o termo “disforia” aplica-se somente àqueles indivíduos que apresentam problemas na *aceitação* da sua própria identidade de gênero. Ou seja, para a Associação Psiquiátrica Americana, “a não conformidade de gênero não é, por si só, uma desordem mental. O elemento crucial para a disforia de gênero é a presença clínica significativa de um incômodo associado à condição de gênero” (APA, 2013). Dessa maneira, apesar da despologização da transexualidade, mantém-se o discurso da identidade de gênero centrada num sujeito unitário. Do discurso da identidade de gênero enquanto decorrência necessária do sexo biológico prevista no DSM-IV, ao discurso da identidade de gênero enquanto possibilidade de escolha do sujeito, a partir de sua relação com o mundo. Mantém-se, contudo, a identidade de gênero como algo necessário ao se afirmar como disforia a “não aceitação da sua própria identidade de gênero”.

hormônios, ele começou a se vestir como mulher, utilizar nome feminino e viver como se fosse uma mulher. [...] Em 1967 escreveu sua biografia. Virou tema de filme em 1985, ‘What Sex Am I?’ (2004, p. 31).

⁷ Para Money (1988), não se pode considerar transexualismo e disforia de gênero como sinônimos, considerando que existem pacientes com disforia que não são transexuais.



A transexualidade, contudo, ainda figurou como transexualismo na Classificação de Transtornos Mentais e Comportamentos da CID-10⁸ (ICD-10), elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO), em 1992, que vigorou até junho de 2018. O “transexualismo” (Código F64.0), foi entendido como um “[...] desejo de viver e ser aceito como um membro do sexo oposto, usualmente acompanhado por uma sensação de desconforto ou de impropriedade de seu próprio sexo anatômico e um desejo de se submeter a tratamento hormonal e cirurgia para tornar seu corpo tão congruente quanto possível com o sexo preferido” (1992 p. 210). Necessário, conforme o ICD-10, que a identidade transexual seja diagnosticada em estado persistente por pelo menos dois anos e que não haja quaisquer outros sintomas de transtorno mental, como esquizofrenia, anormalidade intersexual, genética ou do cromossomo sexual.

Diferentemente do DSM (APA), o ICD (WHO/OMS) patologizou a transexualidade com fundamento biologizante, levantando a problemática binária e necessária do “sexo”. Transexualismo, assim, seria a vontade de “viver e ser aceito como membro do sexo oposto”. Não há, por consequência, uma alusão à identidade de gênero, mas à identidade sexual biológica homem-mulher.

Somente em 18 de junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) publicou uma versão da CID-11 (ICD-11), antecipando a sua apresentação à Assembleia Mundial sobre a Saúde de 2019, versão esta que removeu o *Transtorno de Identidade de Gênero* das desordens mentais, adicionando-a como *Incongruência de Gênero* no âmbito das condições de saúde sexual. Entendeu-se que, “[...] está claro que não se trata de uma desordem mental, e que a classificação enquanto desordem pode causar um grande estigma para pessoas trans”⁹. Nesse sentido, os países deverão se adaptar à ICD-11 até a data de primeiro de janeiro de 2022. No catálogo da ICD-11, a chamada Incongruência de Gênero subdivide-se em três, sendo elas: (a) Incongruência de Gênero (HA6Z); (b) Incongruência de Gênero na Infância (HA61); e, (c) Incongruência de Gênero em Adolescentes e Adultos (HA60). De maneira geral, definiu-se a Incongruência de Gênero como “[...] uma incongruência acentuada e persistente entre o sexo de experiência de um indivíduo e o sexo

⁸ É necessário lembrar que tal classificação (CID-10 ou ICD-10) é mundial de doenças, apoiada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Para acessar o Manual Internacional: <https://www.icd10data.com/ICD10CM/Codes/F01-F99/F60-F69/F64-F64.0>. Acesso em 28 de maio de 2018.

⁹ O conteúdo desse parágrafo está disponível no site eletrônico da Organização Mundial da Saúde: <http://www.who.int/health-topics/international-classification-of-diseases>. Acesso em 19 de junho de 2018.



atribuído. Comportamento variante de gênero e preferências por si só não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo” (WHO, 2018).

Houve, nesse sentido, uma modificação no tratamento concedido pela OMS à transexualidade. Em primeiro lugar, a despatologização, tal como já havia sido efetuado, em menor escala, com o objetivo da mudança da classificação do Transtorno de Identidade de Gênero (DSM-4) para Disforia de Gênero, no DSM-V, de 2013, ainda que a nomenclatura “disforia” remeta aos antigos estudos endocrinológicos sobre gênero. Em segundo lugar, a modificação do discurso da categoria “sexo-biológico” para “gênero social”, apesar da manutenção da vinculação do gênero ao sexo ao se definir a incongruência de gênero como “[...] uma incongruência acentuada e persistente entre o sexo de experiência de um indivíduo e o sexo atribuído”. Assim, se despatologiza a transexualidade, mas discursivamente se afirma o gênero como uma entidade decorrente do sexo biológico.

Tanto no DSM quanto no ICD é perceptível uma diferenciação entre as categorias do sexo, ligada à biologia, e do gênero, ligado ao social; mantendo-se, contudo, a vinculação entre o gênero-social e o sexo-biológico, bem como regulando mediante o aparato institucional médico e jurídico a possibilidade de gênero e sexo não necessariamente corresponderem. No âmbito das ideias de sexo e gênero, Saadeh (2004, p. 7-8) explica a diferença entre ambas, sugerindo que o significado de sexo está comumente vinculado ao sentido biológico e anatômico, enquanto que o significado de gênero está vinculado a uma construção social e psicológica, nem sempre compatível com a suposta determinação biológica.

Sobre a mencionada diferenciação entre sexo e gênero, John Money (1988) estabelece uma análise psicossocial. Segundo sua visão, apresentada por Person (1999), uma criança se autodenomina como masculina ou feminina, conforme o sexo atribuído – e essa seria a primeira diferenciação de gênero. Ainda com relação à análise de Money, Saadeh (2004, p. 39-40) introduz que a identidade de gênero seria a persistente individualidade como masculina (homem), feminina (mulher) ou ambivalente. “Identidade de gênero é a experiência privada do papel de gênero e papel de gênero é a expressão pública da identidade de gênero”, ou seja, como a pessoa se expressa para indicar ao mundo sua identidade de gênero.

Nesse sentido, diferencia-se sexo, gênero e sexualidade, conforme explicado por Saadeh (2004, p. 40-41):



1. sexo biológico definido por seis características anatômicas e fisiológicas: cromossomos, gônadas, genitália interna, genitália externa, hormônios e caracteres sexuais secundários;
2. gênero, composto pela identidade de gênero, ou núcleo da identidade de gênero (noção de ser “macho” ou “fêmea”, homem ou mulher) e pelo papel de gênero ou papel de identidade de gênero (noção de ser masculino ou feminino) e comportamento ligado ao papel de gênero;
3. comportamento sexual, declarado e fantasiado, expresso em ambos pela escolha do objeto e natureza da atividade;
4. reprodução, capacidade biológica relacionada com a propagação da espécie.

Essa diferenciação, em uma perspectiva psicanalítica, é igualmente explicada por Fonseca (2000). Para o autor, no período em que a criança toma conhecimento do próprio corpo e dos genitais, percebe a diferença entre os sexos e realiza a “identidade sexual: sou um menino, sou do sexo masculino ou sou uma menina, sou do sexo feminino. A fase do reconhecimento do eu sexual também pode ser chamada fase do espelho sexual. A partir daí se forma a identidade de gênero” (2000, p. 228), como construção social.

Assim, enquanto “distúrbio”, a transexualidade aparece como um “[...] erro de identidade de gênero, cuja característica principal era uma discrepância entre o sexo atribuído e a identidade de gênero expressa através de forte desejo de redefinir o sexo” (SANTOS, 2011, p. 124). Explicando melhor, quando os antigos DSM-IV e ICD-10 classificam a transexualidade como patologia, indicam que a “[...] identidade de gênero, nesse sentido, vem traçar a fronteira entre o normal e o patológico. Assim, fica implícito que, em tal definição, o sexo é visto como dado biológico, e a normalidade, portanto, passa a ser definida como sendo a continuidade entre esse dado biológico e gênero”¹⁰ (LATTANZIO; RIBEIRO, 2017, p. 73). Ainda, que a manutenção do sistema sexo-gênero no DSM e, igualmente, no ICD, contribui para a sua manutenção universalista, excluindo, na visão de Lattanzio e Ribeiro, identidades marginais não abarcadas no dispositivo normativo vigente.

Ser diagnosticado com transtorno na identidade de gênero é ser diagnosticado, argumenta Judith Butler (2004, p. 76), como doente, adoecido, anormal, bem como estar sujeito à estigmatização. Ao mesmo tempo e, contraditoriamente, o diagnóstico se torna valioso para pessoas trans porque facilita, ao menos nos Estados Unidos, meios econômicos para a cirurgia transexualizadora. Dessa maneira, no final do século XX se consolidou a ideia

¹⁰ Muito importante é mencionar a falha dos diversos estudos que buscaram analisar a transexualidade como patologia, envolvendo a problemática hormonal. Dentre as teses, encontram-se as que sugeriram: (a) a existência de uma alteração genética ou cromossômica; (b) a falta do antígeno HY; (c) a existência dos ovários policísticos; (d) a influência do hormônio testosterona na função e estrutura cerebral (SAADEH, 2004, p. 50-55).



do dispositivo da transexualidade, com a conseqüente recomendação para a transgenitalização no discurso médico oficial, nos casos de comprovado Transtorno de Identidade de Gênero.

Os mencionados padrões da heteronormatividade impõem uma compreensão das “categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder [que] supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de genealogia” (BUTLER, 2003, p. 9). A origem crítica de tal genealogia, como aponta Judith Butler:

[...] recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem e causa* categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória. [...] que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade? (2003, p. 9).

Assim, no discurso de gênero, Butler (2003, p. 10) questiona os regimes de poder-saber para responder como se construiu linguisticamente as categorias do sexo, inclusive a normalidade da continuidade binária (ordem compulsória e mimética) entre sexo, gênero e desejo que sustentam esses mesmos regimes de poder e, posteriormente, sua radical descontinuidade lógica. A autora apresenta a tese comum de descontinuidade que o sexo é intratável em termos biológicos, naturalizado, ao passo que o gênero é um constructo social (os significados culturais do corpo sexuado); assim, não seria necessariamente um resultado causal do sexo. Nesse sentido, “supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de homens aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo mulheres interprete somente corpos femininos” (2003, p. 25). Essa ruptura à tese mimética implica em uma primeira explicação da transexualidade, significando que um homem (gênero) pode estar num corpo feminino (sexo).

Sequencialmente, Butler também questiona a tese de ser o sexo biológico natural, anatômico, cromossômico e hormonal. Qual a história do sexo? Existe uma genealogia, tal como levantou Foucault, capaz de expor a história da binariedade do sexo? Em suma, “seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?” (BUTLER, 2003, p. 24). Diante de tais questionamentos, Butler apresenta a seguinte tese: “Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado sexo seja tão culturalmente construído



quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (2003, p. 25).

Woodward (2000, p. 15) também aponta que, muitas vezes as construções de identidade fundamentam-se em pressupostos essencialistas, tanto para questões históricas quanto biológicas. Segundo ela, a base biológica essencialista¹¹ é bastante utilizada para a identidade do corpo – sexual e de gênero. Entretanto, diz a autora, “[...] a forma como vivemos nossas identidades sexuais é mediada pelos significados culturais sobre a sexualidade que são produzidos por meio de sistemas dominantes de representação” (2000, p. 33). Assim, parece que questionar a base biológica e essencialista do sexo seria uma primeira necessidade genealógica.

Butler sugere, então, que se o “[...] sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica)” (2003, p. 25); mas designar o mesmo aparato de produção que estabelece o próprio sexo. A tese final levantada por Butler sugere considerar que nem o gênero está para a cultura, nem o sexo para o biológico, mas que ambos são um “[...] meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada ou um sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura” (2003, p. 25).

Retirar o sexo do domínio pré-discursivo (biológico-naturalizado), para a autora, coloca em xeque não apenas a binariedade da estrutura do sexo (feminino e masculino), mas também a sua estabilidade. Ainda, que se o gênero for entendido como um constructo cultural, poderia ter sido ele construído de outra maneira? São os corpos recipientes passivos de uma lei cultural? O gênero é guiado pelo livre-arbítrio ou pelo determinismo? Se for possível assumir as considerações de Butler como corretas, então “[...] se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise de gênero” (2003, p. 27). Mais do que isso:

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso

¹¹ Na concepção desenvolvida por Woodward (2000, p. 13-14), apesar das invocações de fontes autênticas na história e ao apelo às qualidades essenciais e naturais, não se pode encontrar uma “verdadeira identidade”. Ela argumenta que a identidade é relacional e estabelecida por construções simbólicas, notadamente vinculadas às condições sociais e culturais.



não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero” (2003, p. 28).

Assim, de acordo com o pensamento de Butler, sexo e gênero são *efeitos* “[...] – e não causas – de instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero” (SALIH, 2017, p. 21). Logo, a análise sobre gênero impõe questionar a noção de “identidade do gênero”: como as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade (a coerência interna) do sujeito? Para Butler, a coerência da pessoa decorre de normas de inteligibilidade social (efeito de práticas discursivas), sendo a identidade assegurada pelo sexo, gênero e sexualidade. Assim, certos tipos de identidades, para o ideal de poder-saber ora abordado, seriam falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas. O atributo substantivo do gênero, na tese de Butler (2003, p. 48) é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Em suma, “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (2003, p. 48).

O gênero, nesse sentido, não possuiria uma identidade estável, mas consistiria numa série de atos repetidos. Por isso, Butler (2003, p. 200) considera o gênero como performativo, não como uma identidade. A própria atribuição da feminilidade ou masculinidade como naturais são frutos de uma moldura normativa que produz o gênero, mas que são cambiáveis a depender das fronteiras geopolíticas e dos imperativos culturais (2004, p. 20).

Questionando a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero, bem como a estrutura binária do sexo e gênero como “[...] ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista”, para Butler (2003, p. 59), a própria “[...] noção de corpo [aparece] não como uma superfície pronta à espera de significação, mas como um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas”. Assim, não há mais uma verdade sobre o sexo, mas uma significação ordenada performativamente. Em sua leitura de Foucault, Butler assume que nenhum corpo é sexuado antes de sua determinação no discurso – na ideia do sexo natural. O corpo “[...] só ganha significado no discurso do contexto das relações de poder, do discurso,



dos corpos, da afetividade. Como tal, Foucault compreende que a sexualidade produz o sexo como um conceito artificial que efetivamente amplia e mascara as relações de poder responsáveis por sua gênese” (2003, p. 137-138).

Desmascarar as relações dispositivas de poder-saber em gênero significa dar reconhecimento para seres humanos viverem uma vida viável e digna. Se, durante muito tempo, se entendeu a discriminação de gênero no contexto binário, sendo a discriminação das mulheres dos espaços de poder, hoje em dia, torna-se necessário considerar a discriminação que sofrem outras categorias vinculadas à “identidade de gênero”, como intersexuais, transgêneros e/ou transexuais, assim como travestis, *drag queens*, e outros, que clamam por autonomia. Assim, a crítica efetuada às normas de gênero se situa primordialmente no fato de que as vidas humanas devem ser guiadas pela maximização da possibilidade de viver, minimizando-se a violência e morte social ou real dos corpos (BUTLER, 2004, p. 2-7).

Logo, de acordo com a hipótese apresentada, uma análise discursiva das categorias sexo-gênero parece implicar em: (a) a naturalização do sexo biológico no domínio pré-discursivo é contestável; (b) então o gênero não pode ser definido como uma interpretação cultural do sexo; (c) pois o gênero parece designar o mesmo aparato de produção que estabelece o sexo; (d) então sexo e gênero parecem indicar um meio discursivo pelo qual a natureza sexuada é produzida como pré-discursivamente; e, (e) logo, coloca-se em cheque a estabilidade da binariedade da estrutura do sexo/gênero; e, conseqüentemente, da própria ideia de identidade de gênero como algo natural e como uma unidade coerente interna do sujeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por tema a identidade de gênero e problematizou discursivamente a estabilidade da mencionada concepção. Enquanto problema de pesquisa questionei: a “identidade de gênero” binária pode ser considerada um dado biologicamente ou culturalmente sustentado? Sugeri, como hipótese de pesquisa, que a estrutura binária da concepção sociocultural de gênero, fundada mimeticamente na ideia do sexo biológico binário, é decorrente de uma estrutura discursiva. Questionando a “verdade” do discurso sobre a binariedade do sexo como natural e biológico, automaticamente se abala a sustentação do discurso sobre gênero binário fundado necessariamente no sexo biológico.



Na primeira seção, introduzi o tema e levantei o problema e hipótese de pesquisa. Na segunda, realizei uma análise dos discursos de poder sobre o sexo e sobre o controle da sexualidade, a partir de Foucault. Finalmente, introduzi o tema *trans* no âmbito da ideia de identidade de gênero, por meio da conceituação da transexualidade e do paradoxo da “patologização-identidade” de gênero. Nessa seção enfrentei o problema e a hipótese de pesquisa. Tendo por base as ideias de descentramento do sujeito moderno, assim como da teoria da performatividade, cheguei a uma concepção conclusiva apresentada pelas teorias analisadas. Em primeiro lugar, que é contestável a vinculação do sexo ao domínio pré-discursivo, isto é, ao natural-biológico. Sequencialmente, que se o sexo não é necessariamente biológico (essencialista), logo o gênero não pode ser seu necessário vínculo social (interpretação cultural do sexo). Se ambos, sexo e gênero, parecem designar o mesmo aparato discursivo de produção, talvez eles sejam produções discursivas sobre a uma suposta pré-discursiva natureza sexuada. Finalmente, a dúvida sobre a estabilidade da estrutura binária do sexo-gênero coloca em xeque a própria estabilidade da identidade de gênero como coerência interna do sujeito.

REFERÊNCIAS

- APA. American Psychiatric Association. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (DSM IV). Washington, DC: APA, 1994.
- APA. American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Diseases* (DSM V). Washington, DC: APA, 2013.
- BENJAMIN, Hary. *The transsexual phenomom*. New York: Julian Press, 1966.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BIRMAN, Joel. *Freud & a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.
- CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). In *Revista Brasileira de História*. v. 21. n. 41. São Paulo, 2001.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed PUC-RIO, 2016.
- FONSECA, José. *Psicoterapia da relação: elementos de psicodrama contemporâneo*. São Paulo: Ágora, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Gallimard, 1972.
- _____. *A história da sexualidade III: o cuidado de si*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. *A história da sexualidade II: o uso dos prazeres*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 13 Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Um diálogo sobre os prazeres do sexo*. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum. Editora Landy: São Paulo, 2000.
- _____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- LATTANZIO, Felipe Figueiredo; RIBEIRO, Paulo de Carvalho. Transexualidade, psicose e feminilidade originária: entre psicanálise e teoria feminista. In: *Revista Psicologia USP*. v. 28. n. 1. 2017. p. 72-82.
- MONEY, John. *Gay, straight, and In-between*. New York: Oxford University Press; 1988.
- NATIONAL CENTER FOR TRANSGENDER EQUALITY. *Sem título*. Disponível em: <https://transequality.org/issues/resources/understanding-transgender-people-the-basics>. Acesso em 28 de maio de 2018.
- PERSON, Ethel. *The sexual century*. New York: Yale University Press; 1999.
- SAADEH, Alexandre. *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico do transexualismo feminino e masculino*. (Tese de Psiquiatria). São Paulo. Universidade de São Paulo, 2004.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- SANTOS, Maria de Fátima Lima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdades” e experiências trans. In: *Revista Em Pauta*. v. 9. n. 28. Rio de Janeiro, 2011. p. 117-130.
- THOMAS, Rebekah; et all. *Bull World Health Organ* 2017; 95:154–156. Disponível em: <http://www.who.int/bulletin/volumes/95/2/16-183913.pdf?ua=1>
- WING, Adrien Katherine. *Critical race feminism: a reader*. New York: New York University Press, 1997.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. *ICD-10 Classifications of Mental and Behavioural Disorder: Clinical Descriptions and Diagnostic Guidelines*. Geneva, 1992.



WORLD HEALTH ORGANIZATION. *ICD-11 for mortality and morbidity statistics: Clinical Descriptions and Diagnostic Guidelines*. Geneva, 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>

ZUBEN, Marcos de Camargo von. Ricoeur, Foucault e os mestres da suspeita: em torno da hermenêutica e do sujeito. In., *Trilhas Filosóficas*. n. 1, jan/jun 2018. p. 34-42.